

Posição: Um Jornal que Tem Lado¹

Ana Carolina RONCHI²

Nicoli TASSIS³

Universidade Vila Velha, Vila Velha, ES

Resumo

O presente artigo visa tecer uma análise em torno das capas (escolhas temáticas, narrativas e discursivas) do jornal *Posição*, que se constitui num símbolo da imprensa alternativa capixaba, mesmo tendo circulado somente entre 1976 e 1979. A partir desse periódico, pode-se compreender parte do cenário sociopolítico e econômico do Espírito Santo durante a Ditadura Militar. Em suas manchetes, é possível acompanhar tanto o processo de industrialização do estado, quanto os impactos do fim do Milagre Econômico, tecendo um rico mosaico da sociedade e das principais questões daquele tempo. No contexto em que o êxodo rural, a formação das primeiras favelas e a censura governamental se fazem presentes na grande Vitória, *Posição* se propôs a mostrar outros olhares, trazendo temas e abordagens ausentes nos veículos jornalísticos tradicionais ou de referência do período em questão.

Palavras-chaves: jornalismo; discurso; imprensa alternativa; jornal *Posição*; censura.

Introdução

Para compreendermos um jornal e suas características é necessário analisar o contexto sociocultural, ou seja, a sociedade e o tempo em que se encontra inserido. Além disso, também é preciso observar sua construção discursiva-narrativa e, conseqüentemente, os critérios que fazem com que dado conteúdo seja evidenciado ou não pelo veículo em questão, admitindo, assim, o fazer jornalístico como uma construção social. O jornal *Posição*, objeto empírico da presente proposta de análise, é um periódico que como tantos outros nasceu e morreu durante o período da Ditadura Militar, se destacando como o principal ícone da imprensa alternativa no Espírito Santo, nos anos de chumbo.

O *Posição* é, portanto, objeto exemplar dessa mídia que traz inovações para cumprir o ideal de responsabilidade social historicamente atrelado ao jornalismo, tanto pela forma de expor o conteúdo, quanto pelo próprio conteúdo eleito, no intuito de narrar uma nação impedida de refletir a respeito de si mesma por vivenciar um contexto político de coibição da liberdade de

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda do curso de Jornalismo da Universidade de Vila Velha. Bolsista de iniciação científica do projeto Relatos Ausentes, financiado pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Privado (FUNADESP). E-mail: ana.ronchi.acr@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora e coordenadora do curso de Jornalismo da Universidade Vila Velha (UVV). E-mail: nicolitassis@gmail.com

expressão. Mesmo que não tenha circulado durante muito tempo (1976- 1979), o jornal diz respeito à tentativa de parte dos jornalistas capixabas de burlar a censura que ameaçava as redações, dificultando a abordagem de temáticas que direta ou indiretamente comprometessem o regime militar e seu discurso autoritário de que o país estava melhor.

A primeira edição circulou em 29 de outubro de 1976 e traz como slogan a frase: “Um jornal que depende do leitor”, demonstrando desde o primeiro momento que estava desvinculado do formato empresarial que possibilitou o desenvolvimento dos veículos jornalísticos ao longo do século XX. Por se posicionar abertamente contra o Regime, não contava com o apoio de anunciantes fixos, sendo os próprios jornalistas encarregados de vender os exemplares nas comunidades. Era um jornal sustentado financeiramente pelos por assinaturas, vendas avulsas e pequenos anunciantes esporádicos. O periódico circulava quinzenalmente e buscava se inserir no âmbito do discurso como uma arena para o debate das questões censuradas na chamada imprensa tradicional ou de referência.

O *Posição* é um resultado da censura e de uma demissão, como conta Robson Moreira, um dos fundadores do jornal, atualmente diretor de programação da STV (Rede Sesc/ Senac de Televisão): “Quando eu e o Jô Amado estávamos em *A Tribuna*, fizemos uma matéria sobre um despejo num lugar chamado Cantinho do Sossego, no município da Serra. O jornal bateu na banca e causou escândalo. O governador Élcio Álvares ligou para a direção e pediu a cabeça de todo mundo. Quando a gente saiu de *A Tribuna*, o Jô estava bastante adiantado com a ideia do *Posição*. Já pensava em sócios para ajudar, para conseguir algumas cotas em dinheiro. O jornal seria uma imprensa alternativa, difícil de ser feito, complicado na sua execução, um misto de curiosidade e vontade. Eu e “O Jô nos comprometemos a garantir que o jornal sairia toda quinzena e nos entregamos ao *Posição* (TRINDADE, 2005, p. 290).

Como era um jornal assumidamente combativo, a maioria das bancas não aceitava comercializá-lo. Sua independência financeira era considerada sua maior força e também o principal ponto fraco. “A ligação com o leitor, que o financiava com a aquisição de seus números, permitia ao jornal a independência que os integrantes da mídia tradicional não possuíam, já que não se ligava ao Governo e não dependia de verbas publicitárias para sua sobrevivência” (RESENDE, 2005, p. 121).

Mas, ao mesmo tempo, limitava a circulação e o alcance do periódico, num estado que até meados da década de 1960 baseava-se quase que totalmente na agricultura, especialmente na plantação de café. Fazer o *Posição* sair da região metropolitana e chegar ao interior espírito-

santense se constituía em um desafio e um entrave nem sempre superado (TRINDADE, 2005).

Em determinados momentos, o jornal vendia 5 mil exemplares, chegando a alcançar ápices de 10 mil. “Considerando-se que a média de leitura de um jornal é de cinco pessoas por exemplar, *Posição* chegou, em alguns momentos, a ter 50 mil leitores” (RESENDE, 2005, p. 23). A estabilização, porém, ficou em torno da quantidade que começou a circular: cerca de 3 mil jornais. Isso graças a seu discurso contra hegemônico, um ponto de convergência para quem não apoiava ou era crítico do regime.

Desde a primeira edição, o *Posição* assume como linha editorial o combate aos circuitos do poder político e econômico instituídos, buscando ocupar um lugar que a imprensa tradicional ou de referência estava impedida naquele momento de atuar, quer seja por causa: a) da conviência com os ideais do Regime e da concordância com a intervenção militar como caminho para afastar a ameaça comunista, pensamento corroborado por grande parte da população brasileira naquele momento; b) das concessões para rádio e TV serem liberadas e renovadas pelo Estado; c) do apoio financeiro dos governos municipal, estadual e federal, anunciantes de peso e primordiais para o sustento dos veículos jornalísticos; d) da violenta censura que acometia as redações do período, com prisões, torturas, desaparecimentos e mortes no período.

O processo de produção de *Posição* também não seguia o padrão dos tradicionais periódicos do Espírito Santo. Havia poucos recursos e os colaboradores realizavam também investimentos na área financeira para a circulação. Buscaram uma produção mais lucrativa, a solução encontrada foi passar por Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG). As matérias eram escritas, lavadas para a capital mineira para composição, voltavam para Vitória – onde era realizada a montagem- e seguia para Juiz de Fora – lugar da impressão (RESENDE, 2005, p.14).

O período era de censura, repressão e tortura. E embora tudo isso vinha de encontro ao trabalho realizado pelos jornalistas, *Posição* nunca foi submetido a uma censura oficial. Acontecia de os profissionais serem chamados à Polícia Federal para dar esclarecimentos sobre matérias. Dois casos, porém, que podem ser citados são: a ameaça de morte sofrida por um dos diretores (Luzimar Nogueira Dias) e a apreensão do número 14 do jornal. No primeiro caso o diretor recebeu o ultimato pois divulgou uma matéria sobre uma das famílias de

renome na cidade de Linhares. No segundo caso a apreensão não foi dirigida especialmente ao jornal, fazia parte de uma ação maior da polícia e logo depois os originais foram devolvidos (RESENDE, 2005, p.25-26).

Outra ação, que Posição sempre relatou, é a de políticos alvo de críticas do jornal, que mandavam comprar a edição, impedindo que circulasse em alguns municípios, chegando a haver a apreensão de alguns exemplares. Como a venda em bancas e no interior era pequena, este tipo de ação não chegou, em nenhum momento, a afetar a circulação do jornal. Comparada com a postura da grande mídia, que aceitava a censura oficial e se autocensurava, Posição gozou de uma ampla liberdade, podendo veicular matérias com ácidas críticas ao governo. Esta liberdade acabou por ajudar o jornal no exercício de um papel contra hegemônico (RESENDE, 2005, p.25-26).

Em 1979, cartazes avisavam que a partir da edição 53 o jornal – antes quinzenal- passaria a circular toda a semana. O editorial trouxe os motivos – o fim do milagre econômico, crise do petróleo, fissuras do sistema e o aumento das pressões populares. Fortaleceram a postura de trazer mudanças e serem radicais. E por fim, o primordial: lutar pelo fim da Ditadura (RESENDE, 2005, p. 22).

As mudanças realmente vieram. No começo o diálogo era com a comunidade, entrevistas eram realizadas utilizando como fontes pessoas comuns e trabalhadores de rua, por exemplo. A partir desse momento *Posição* passou a analisar e criticar o modelo da sociedade não só no estado, mas também em todo país. O contexto financeiro do jornal atrelado ao processo que o país se encontrava – de uma pequena abertura política e a possibilidade de manifestação- trouxe, em 1979, o fim do *Posição* pouco tempo depois de mudar para o modelo semanal.

[...] o jornal ficou realmente inviável, justamente quando surgiram divergências políticas entre aqueles que defendiam a fundação de um partido popular de esquerda (mais tarde veio a ser o PT) e os que queriam a manutenção do PMDB como forma de melhor combater o regime militar que já dava sinais de decomposição (TRINDADE, 2005, p. 296).

Os diversos grupos - tanto sociais, quanto políticos - que antes viam suas vozes amplificadas pelos integrantes da imprensa alternativa acabaram por criar novos jornais. Não era veiculado a partir daí um único ideal – o da democracia - e sim a visão que cada um desses grupos desejava passar à sociedade. Aquilo que foi responsável pela queda do *Posição* acabou por matar também outros jornais alternativos (RESENDE, 2005, p.24).

Posição: uma proposta de análise

Como recorte empírico para a análise das capas do jornal *Posição* optamos por observar as 12 primeiras edições. A escolha se dá pelo fato destas representarem a construção e começo da circulação do periódico até sua consolidação como um jornal que quinzenalmente se encontrava à venda para o público capixaba. As 12 edições correspondem ao dia 29 de outubro de 1976 (1ª edição) até o dia onze de maio de 1977. Os materiais analisados fazem parte do projeto de iniciação científica “Relatos Ausentes” desenvolvido por alunos e professores do curso de Jornalismo na Universidade Vila Velha (UVV). Buscamos problematizar a relação entre jornalismo e censura na imprensa capixaba no período ditatorial, através do resgate da memória de profissionais atuantes na imprensa no período em questão. Neste artigo, enfocamos um olhar em particular: o da imprensa alternativa e a sua luta pela divulgação de temáticas censuradas pelo governo militar.

Partimos do pressuposto de que o jornalismo encontra-se relacionado à tessitura de histórias tanto pelo lado da reconstituição dos acontecimentos considerados preponderantes numa dada sociedade, quanto pela forma como são (re) significadas pelos seus interlocutores. Traquina (2005, p.21) nos mostra essa relação, ao afirmar que “poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estórias’ das estrelas, ‘estórias’ de triunfo e tragédia”. Ele acrescenta ainda a visão por parte dos profissionais dessa ocorrência: “os jornalistas veem os acontecimentos como ‘estórias’ e as notícias são construídas como ‘estórias’ como narrativas, que não estão isoladas de ‘estórias’ e narrativas passadas”.

Mouillaud (2002, p. 42) corrobora com essa ideia ao assumir o jornalismo como uma forma de conhecimento que se integra discursivamente aos saberes enraizados na sociedade, sendo ao mesmo tempo, produto e produtor social. O discurso jornalístico é percebido, nessa perspectiva, como um de muitos operadores pelos quais uma sociedade torna-se visível a si própria.

O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez remanejamos a partir de seu próprio campo mental e recolocamos no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de “fato”, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações (MOUILLAUD, 2002, p. 51).

A isso equivale dizer que o processo de significação do real ultrapassa a própria notícia, não sendo possível estabelecer uma relação simplista entre a realidade social e sua representação. A narrativa do real é concebida como um exercício compartilhado, em que o jornalista e seus

interlocutores acessam um mesmo repertório, coletivamente construído por uma dada sociedade e tempo, tal qual evidencia Augusti (2005, p. 69):

No processo decorrente do imaginário, existe uma relação estabelecida entre significantes (imagens, palavras) e seus significados (representações e significações). É construída uma ordem simbólica que não corresponde àquilo que chamamos de real, e sim, a uma representação, sendo também uma outra forma de existência histórica. É ainda um sistema de ideias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Dessa forma, o real é simultaneamente concretude e representação. A sociedade é instituída imaginariamente, sendo que ela se expressa simbolicamente por um sistema de ideias-imagens que constituem a representação do real.

Ao assumir a notícia como uma forma de representação que se integra ao imaginário social, concebe-se que o jornalismo vai muito além da produção massiva de narrativas noticiosas, configurando-se como um modo de (re) significar o mundo. As notícias se estabelecem, assim, como produto cultural, não se limitando apenas a narrar fatos historicamente localizados. Estas são capazes também de construir a realidade social, trazendo novos significados por meio de elementos presentes no âmbito da cultura. Notícias são capazes de narrar tragédias e dramas da vida humana, conflitos, lutas, sonhos, enfim, sentimentos daqueles personagens que são responsáveis por preencherem tanto as páginas de jornais e revistas quanto os espaços da televisão e rádio (MOTTA; COSTA; LIMA; 2004, p.4).

O jornal *Posição*, como exemplo de mídia alternativa, demarca em suas capas o contraponto com a chamada grande mídia, seja pelo conteúdo, seja pela forma de expô-lo. A diagramação da primeira edição é simples, não conta com muitos aparatos técnicos para se sobressair ou chamar a atenção, indo na contramão dos demais jornais do período, como *A Gazeta*⁴, por exemplo, que contava com parque gráfico próprio, grandes anunciantes do setor privado e público e uma rede consolidada de assinantes e de distribuição em bancas. Em destaque, no alto da página, lê-se o slogan: “Um jornal que depende do leitor”, conclamando a sociedade para se envolver com o projeto e sustentar financeiramente as edições seguintes.

Logo na primeira edição, o jornal mostra a que veio, destacando manchetes como: “ESPÍRITO SANTO: As invasões de terra, A luta por casa própria, A política habitacional e o Desfavelamento”, além de “Barra do Riacho: O pesadelo” e “A lição de Paulo Brossard”.

⁴ *A Gazeta*, ainda hoje um veículo de grande importância no estado. Fundado por Thiers Vellozo em 1928, o matutino passou ao controle da família Lindemberg em 1949, e serviu de instrumento político para o então governador Carlos Lindemberg e o PSD no Espírito Santo. *A Gazeta* circulou durante os 21 anos do regime militar e, nesse período, se consolidou como um interlocutor da elite política e intelectual do estado. Na década de 1970, a empresa pagava os melhores salários do mercado local e atraía profissionais de destaque.

Em cada uma dessas opções temáticas e de abordagem narrativa/discursiva está explícita a posição de um veículo desatrelado do jogo sociopolítico oficial, constituindo-se como um espaço para a discussão de assuntos que possivelmente causariam desconforto ou até mesmo a proibição de ser publicados em outros veículos. Além das frases acima, encontra-se uma imagem que ocupa quase um quarto de página ilustrando a situação de precariedade da habitação no estado.



Figura 1. Posição, Edição 1 (29 de outubro de 1976). Capa.

A partir da segunda edição encontramos uma das marcas do jornal: as ilustrações da capa e charges – sempre permeadas por figuras de linguagem, questionamentos que traduziam a inquietação de seus proponentes e a adoção de um discurso crítico e irônico. A segunda edição explora todos esses recursos: com um enorme símbolo de interrogação, diversas perguntas são dispostas na página como, por exemplo, “Quem é que está desrespeitando a lei eleitoral?”, “Campanha? Que campanha?” e no fim da página entra o elemento ironia com a frase “e tem mais” que abre espaço para mais um conjunto de questões como “Os blocos mortais da prefeitura”.

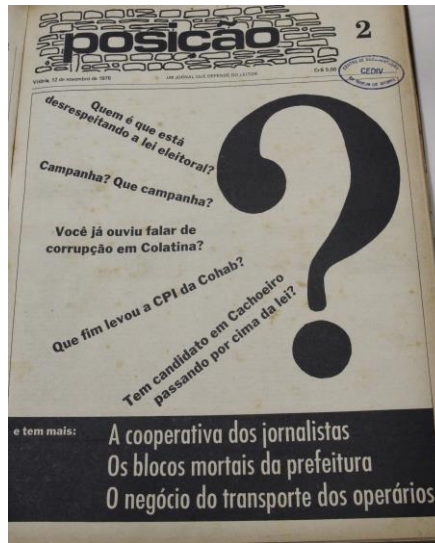


Figura 2. Posição, Edição 2 (12 de novembro de 1976). Capa.

A terceira edição, além de focar a falta de planejamento para a implantação da siderúrgica no estado, fomenta novamente questões de ordem política. Com o título peculiar “CRISTIANO DIA\$ LOPE\$”, questiona (em tom de deboche) a atuação do político capixaba: “Estaria o ex-governador colhendo os efeitos de um golpe sem preço ou do preço de um golpe?”. E assim o jornal prossegue expondo seu conteúdo, fazendo queixas e tentando ilustrar trechos do cotidiano capixaba que dificilmente se faria presente na grande mídia.



Figura 3. Posição, Edição 3 (3 de dezembro de 1976). Capa.

O jornal encontra na ironia uma chave de leitura para contrapor o discurso em torno dos avanços econômicos largamente anunciados no período - tanto pelo milagre econômico quanto pelo processo de industrialização do estado – apontando para o fato de que tais melhorias não faziam parte da realidade socioeconômica da maior parte da população espírito-santense. A adoção de uma linguagem irônica e a extensa utilização de adjetivos – opções narrativas que seguem na contramão do texto objetivo que caracteriza a transição do modelo opinativo para o informativo nas redações brasileiras (RIBEIRO, 2003) - ilustram a tentativa de levar o leitor a refletir criticamente a respeito do que era noticiado no período. Na quinta edição, essa estratégia discursiva pode ser observada nas manchetes: “Um ex-governador em desgraça” e “e agora, com você O FANTÁSTICO ‘AUMENTO’ DO FUNCIONALISMO: MENOS 50 %”.



Figura 4. Posição, Edição 5 (3 de janeiro de 1977). Capa.

Nesse ponto, problematiza-se a busca da verdade e o pressuposto da objetividade no jornalismo como valores em constante discussão e que fazem parte da formação deontológica e epistemológica do campo. Alinhamo-nos com a perspectiva de que o anseio de construção de um texto objetivo não nega a existência da subjetividade no exercício de narrar o cotidiano, mas sim se cerca de ferramentas de apuração e verificação dos fatos, bem como da conclamação de diferentes pontos de vista para se aproximar do ideal de isenção, fiador da sua legitimidade. Contudo, em tempos de repressão da liberdade de expressão e alinhamento dos veículos de comunicação com os circuitos do poder, os jornalistas parecem reencontrar em um texto mais subjetivo e opinativo os mecanismos para narrar a realidade social.

Nesse contexto, é importante destacar que a busca por enunciados verdadeiros, ou seja, que possam ser considerados representações fidedignas da realidade social, esbarra em vários obstáculos: desde a empresa jornalística e sua linha editorial até o próprio filtro existente no profissional, que estando inserido em um contexto de sociedade e cultura específicas traz consigo uma bagagem que influencia a composição de seu ofício. Traquina (2005, p. 204) ilustra todos esses filtros e processo através da teoria interacionista:

[...] os jornalistas não são simples observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade. As notícias também refletem 1) a “realidade”, os aspectos manifestos do acontecimento; 1) os constrangimentos organizacionais, que poderão incluir a intervenção direta do (s) proprietário (s), e os imperativos econômicos; 2) as narrativas que governam o que os jornalistas escreve; 3) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; 4) os valores notícias dos jornalistas; e 5) as identidades das fontes de informação com quem falam.

Posição, como representante da imprensa alternativa, visava fugir desses constrangimentos empresariais e normativos para exercer o seu propósito de denúncia e reflexão social.

Outro ponto a se destacar é que as capas do *Posição* – longe de atender aos propósitos de serialidade das edições e familiaridade dos leitores a partir de um projeto gráfico conciso – se adequavam a cada exemplar às temáticas propostas, podendo variar ora pelo destaque do texto verbal, ora pelo imagético, que por sua vez migravam do realismo das fotografias para o caráter dúbio das ilustrações. Com isso, dependendo do assunto não eram necessárias grandes frases para introduzir o conteúdo. Na sétima edição, por exemplo, (datada de 07/02/1977) com o tema “O Espírito Santo sem pressa” “Economize seu combustível e suas ambições” e com a ilustração de uma gota caindo – dentro dela a frase “O sonho acabou”- opta por destacar as imagens e investir em poucas palavras de introdução das matérias, restringindo-se a chamadas como: “O preço p. 5” “A desinformação p.3”.



Figura 5. Posição, Edição 7 (7 de fevereiro de 1977). Capa.

O processo de construção e circulação da notícia empreendido por veículos como o *Posição* retoma algumas características que são de suma importância para a atividade jornalística. Em primeiro lugar, demonstra que para que as histórias possam ser narradas é fundamental a presença da liberdade e autonomia dos profissionais gerando a independência e a possibilidade de buscar uma representação do real verídica. Traquina (2005, p.130-132) remonta através da tríade poder, jornalismo e opinião pública aquilo que é tido como valores e características da profissão. No quesito liberdade, reitera que o jornalismo se relaciona com a democracia de uma forma simbiótica, em que a liberdade está no núcleo do desenvolvimento do jornalismo. É também graças a essa liberdade e independência que outro valor essencial aparece: a credibilidade.

Em tempos de cerceamento da liberdade de expressão, esse debate se torna mais eminente. Os meios de comunicação estão inseridos na sociedade e seus produtos são tanto fonte quanto consequência do imaginário social coletivo. *Posição*, a partir de seu exercício narrativo-discursivo, se situa como um exemplar da imprensa que se (co) responsabiliza pelo cenário político, cultural, social e econômico no qual se insere. Pelas vias da ironia e da tomada de posição, o jornal reconhece no discurso jornalístico uma importante arena de disputa de poder: os textos nunca são fixos e a significação sempre se modificará a partir dos seus modos de endereçamento e das apropriações que seus interlocutores farão (HALL, 2003). Neste contexto, se encontra imbricado o jornalismo como mediador autorizado pela própria sociedade para narrar o cotidiano:

O que faz do jornalismo um mediador especializado da realidade social, na qual é agente construtor e re-significador, é a sua credibilidade para “contar a realidade histórica tal como ela é”. O jornalismo fala à população mediante um “contrato” de veracidade, produz continuamente o efeito do real. Relata aquilo que apura como fato acontecido. Não faz ficção. O que muitas vezes confere uma ilusória crença de que o que se vê nas notícias são os fatos e não sua construção, em forma de linguagem, sujeita a todas as suas imprecisões (MOTTA; COSTA; LIMA; 2004, p. 05).

Ao destoar do conteúdo e da abordagem da imprensa de referência, *Posição* buscava expor para o leitor que esse contrato de veracidade não estava sendo cumprido em plenitude pelo jornalismo tradicional naquele período. A predileção por temas marginalizados ou vistos de forma negativa seja pelo jogo político da época, seja pelo conglomerado econômico presente que também interferia em todas as esferas, apontava para essa crítica. Desse modo, suas páginas escancaravam que o fazer jornalístico também está imergido em um contexto de poder e interesses, seja por quem faz, seja para aquele que é destinado. A isso equivale dizer que nenhum exercício narrativo é isento e é preciso localizar os lugares de fala (mapas de sentido) para tecer interpretações coerentes da realidade social.

Se os jornalistas não dispusessem de “mapas” culturais do mundo social, não poderiam dar sentido aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constitui o conteúdo básico do que é noticiável. Os acontecimentos devem ser reportados ao campo dos significados, aos mapas de significado que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está traçado (AUGUSTI, 2005, p. 45).

Podemos compreender que além do enunciador encontraremos também a presença de um leitor real – aquele que verdadeiramente receberá o conteúdo - e um leitor virtual – para quem o jornalista pensa estar escrevendo. Dificilmente o leitor colocará em jogo como o texto foi produzido na imprensa tradicional, já que a não-transparência sobre as rotinas produtivas tem sido uma das ferramentas do jornalista para assegurar legitimidade (Benetti, 2007, p.10). Mas, veículos como o *Posição* levam ao extremo esse exercício narrativo-discursivo, ao expor as fissuras da narrativa do real.

Como já dito, o jornal buscava retratar a realidade – fazendo presente consequentemente as críticas - também através de charges e desenhos. Encontra-se como exemplos disso as capas das edições 10 e 12. A primeira retrata a relação o alto custo das escolas privadas de ensino superior que restringe o acesso da população; enquanto a segunda brinca com o jogo de palavras entre o Dia dos trabalhadores e libertação dos escravos.

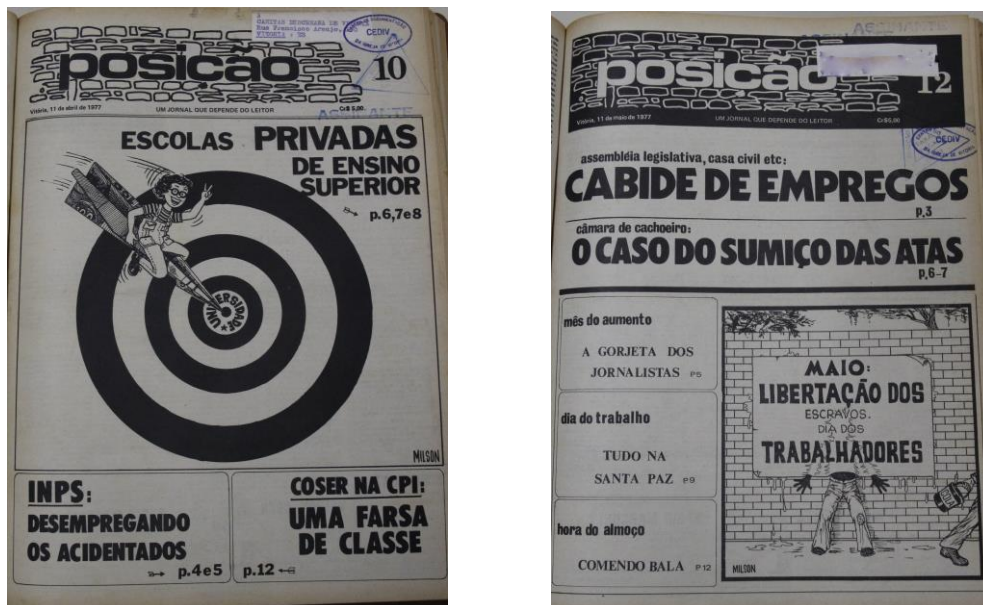


Figura 6 e 7. Posição, Edição 10 (11 de abril de 1977) e 12 (11 de maio de 1977) respectivamente. Capas.

Além disso, a edição 12 traz também críticas à própria categoria (jornalistas). Exemplo disso são os trechos “Mês do aumento: A gorjeta dos jornalistas” além da ironia do dia do trabalho “Dia do trabalho: Tudo na santa paz” e “Hora do almoço: Comendo bala”. Em todas essas manchetes, conta-se com a capacidade crítica do leitor de ir além do sentido literal, destacando o discurso como um meio de ação e não um fim em si mesmo, pois sempre haverá novas possibilidades interpretações. A interpretação das ilustrações se constitui, assim, na relação entre os entre sujeitos, como evidencia França (2002, p. 489)

A aparição do discurso no jornal constitui assim, uma segunda aparição, uma construção de segunda ordem. O discurso jornalístico é um metadiscurso – um discurso que se constitui a partir de outros. Ele não constitui, porém, uma simples repetição; ao contrário, a sua construção cria uma nova realidade.

O jornalismo de referência é responsável por trazer uma representação do mundo onde o real é produzido pela própria ordem da informação. Os jornais tradicionais organizam-se de forma a impor a *priori*, um quadro para a percepção de tudo o que ocorre, produzindo um “efeito de real”. O veículo não busca manifestar uma significação, consiste em uma referência, ligando a informação à referência (TÉTU, 2002, p. 194). *Posição*, ao debochar das manchetes presentes nos noticiários da época e propor uma outra leitura sobre elas, expõe que o jornalismo também faz recortes, desvelando a estratégia de naturalização que permeia o fazer jornalístico em grande medida:

Uma das principais funções estratégicas do discurso midiático é a de naturalizar o recorte arbitrário da multiplicidade de domínio da experiência realizado na modernidade assim como poder legítimo, tanto expressivo como pragmático, que as instituições detêm sobre eles. A apropriação por parte do discurso midiático de parte da dimensão expressiva das outras instituições tende a naturalizar as pretensões legítimas construídas historicamente pelos corpos autorizados dessas instituições, a apresenta-las como naturalmente fundadas e, por conseguinte, indiscutíveis, o que tem como efeito mais importante a modernização dos fundamentos da legitimidade das outras instituições (RODRIGUES, 2002, p.225).

A atividade do fazer jornalismo encontra-se inserida em um contexto social, e é também através deste que o exercício da profissão é moldado. O jornalismo é responsável por criar discursos, porém, ele é também mediador de outros, em especial aqueles que permeiam toda a sociedade. As notícias, são, portanto, um produto social. Esse modo de interagir e criar conteúdo é cercado por modelos, formas e principalmente critérios. Estes, por sua vez, são facilitadores, ditam o que é primordial e relevante ao público, criando uma espécie de recorte nos acontecimentos e visões de mundo.

Posição dá a ver esses recortes e visões de mundo ao assumir um discurso alternativo, que ia contra a corrente vigente (Ditadura Militar) na época. É exemplo de um jornalismo que buscou abarcar principalmente as falas daqueles que não eram representados pela grande mídia – seja por motivos pessoais, políticos ou financeiros. Encontra-se nas capas de *Posição* a ilustração do Espírito Santo marginalizado da década de 1970. Período esse que trouxe um pico de desenvolvimento – sem elaborar de fato uma estrutura - para o estado. O jornal achou nessa primeira página uma forma de trazer ironias, críticas, reflexões e assim como era classificado – alternativo - sem nenhum atrelamento com os circuitos do poder instituído.

Referências bibliográficas

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista VEJA**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5528> Acessado em: 21/06/2015

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo**. Disponível em: http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada_6_.marcia_benetti.pdf Acessado em: 21/06/2015

BOURGUIGNON, Vitor. **Jornalismo Alternativo: da década de 40 aos dias atuais**. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). *Impressões Capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção jornalística e dizer social. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.) **O jornal: Da forma ao sentido**. 2. ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HALL, Stuart. **Codificação/decodificação**. In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 387-404, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. COSTA, Gustavo Borges. LIMA, Jorge Augusto. **Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística.** Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12232/1/ARTIGO_NoticiaConstrucaoSentidos.pdf
Acessado em: 21/06/2015

MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: Da forma ao sentido.** 2. ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: Da forma ao sentido.** 2. ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, nº31, 2003, p. 147-160.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático.** In: TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.* Florianópolis, SC: Insular, 2. Ed., 2005.

TÉTU, Jean-François. **Le Monde e libération em perspectiva. Referências e significação: Le Monde.** In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: Da forma ao sentido.** 2. ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

TRINDADE, Carlos Calenti. MOURA, Karina. SILVESTRE, Luciana. MURARI, Renata. RESENDE, Lino Geraldo. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia: A ação do jornal Posição no Espírito Santo.** Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3410_Lino_Geraldo_Resende.pdf Acessado em: 27/06/2015